

Produtor rural teme ESTADO DE SÃO PAULO *aug. p. 6* nova reforma radical

20 MAI 1987

RIBEIRÃO PRETO
AGÊNCIA ESTADO

"Nos tempos de Nelson Ribeiro como ministro da Reforma Agrária e de José Gomes da Silva como presidente do Incra havia a tentativa de se penalizar a agricultura ao arripio da lei, não considerando o Estatuto da Terra, que estabelece diretrizes para a política fundiária. Hoje, o que se pretende é que a própria Constituição permita aos que, irresponsavelmente, defendem uma reforma agrária radical, condições para atentar contra a propriedade produtiva." A declaração é do presidente da Carol (Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia), José Oswaldo Galvão Junqueira, que ontem transmitiu a preocupação existente entre os cooperadores de sua área diante das discussões que ocorrem na Subcomissão de Reforma Agrária da Constituinte.

Para Galvão Junqueira, o anteprojeto apresentado pelo relator Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), que deverá ser votado esta semana pela subcomissão, "ameaça tanto grandes quanto pequenos agricultores ou pecuaristas, não importando se suas propriedades são ou não produtivas". Ele lembrou que os cerca de 1.500 produtores associados à Carol apresentam níveis de produtividade que superam a média do País, a do Estado e a da própria região de Ribeirão Preto. "Pois eles também estão ameaçados de desapropriação, e por isso mesmo até alarmados, se prosperarem os preceitos emitidos pelo relator da Subcomissão de Re-

forma Agrária", disse Galvão Junqueira.

Para fazer frente à ameaça, a Carol decidiu solicitar a todas as entidades ligadas à agropecuária que se manifestem, "procurando mostrar aos constituintes os riscos a que podem sujeitar a nossa produção rural, que historicamente tem sido o sustentáculo da economia do País". O presidente da Carol prevê que o anteprojeto de Osvaldo Lima Filho não será aprovado pela Subcomissão, e, se o for, deve ser rejeitado posteriormente pela Comissão da Ordem Econômica, pela Comissão de Sistematização ou pelo plenário da Constituinte. "Se, contrariando todas as expectativas do bom senso, acabar entrando no texto da nova Constituição, a reforma agrária, naqueles termos, acabará levando o País ao caos, desestabilizando a produção."

Um dos pontos do anteprojeto que a Carol contesta é a substituição do termo "função social" da terra, previsto na atual Constituição, por "obrigação social", restringindo o direito de propriedade. Segundo Galvão Junqueira, "obrigação social é um conceito eminentemente subjetivo, que vai permitir a ação arbitrária de quem deseja a desapropriação de uma propriedade, independentemente de se considerar a sua extensão ou sua produtividade". Ele lembrou ainda que o anteprojeto ainda prevê que a prerrogativa de desapropriar pode ser delegada pelo governo. "Os cidadãos responsáveis não podem esperar por isso", alertou Galvão Junqueira.

'Centro, agora, tem cabeça, a de Cabral'

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

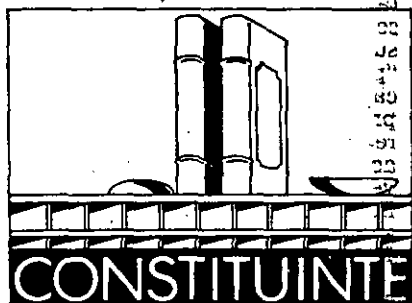
"Ao declarar que seguirá o que determinar a maioria dos constituintes, não se importando com o estardalhaço que fizerem as minorias e as cúpulas partidárias, o deputado Bernardo Cabral assume a cabeça da 'maioria silenciada' do centro democrático na Constituinte. Antes da entrevista de Bernardo Cabral a O Estado de S. Paulo de domingo, o centro tinha tronco e membros, mas não tinha cabeça, enquanto as minorias radicais tinham cabeça, mas não dispunham de corpo e membros. Com a entrevista, o centro majoritário, que exprime a vontade da maioria do povo brasileiro, ganhou uma cabeça", disse ontem o deputado Guilherme Afif Domingos.

O constituinte, do PL paulista, ficou espantado com as declarações de alguns relatores de subcomissões da Constituinte, que chegaram a votar até moções de repúdio contra Bernardo Cabral, alegando que o relator da Comissão de Sistematização e principal redator do anteprojeto da Constituição, disse que não levaria em conta seus pareceres. "Ao contrário do que interpretaram esses relatores, Bernardo Cabral disse apenas o que qualquer democrata diria: que respeitará a vontade da maioria, mesmo que essa vontade seja contrária a suas idéias e convicções pessoais ou as idéias do partido a que pertence, o PMDB, que é hegemônico no Congresso", disse Guilherme Afif Domingos.

Os deputados Maurício Ferreira Lima e Percival Muniz, por exemplo, partiram ontem para cima de Bernardo Cabral com armas e bagagens, dizendo a O Estado que o relator não levará em conta as sugestões das subcomissões, o que não consta de nenhum trecho da entrevista. José Genoíno, Brandão Monteiro e Roberto Freire, que, se leram a entrevista, dada por Cabral e publicada no domingo, não perceberam bem seu sentido, já anunciaram que vão levantar suspeição sobre o trabalho do relator, eleito democraticamente na bancada do PMDB.

"Bernardo Cabral não quis anteciper seu relatório, mas fez declarações de princípios e também uma previsão sobre as tendências da Constituinte. O máximo que podemos fazer a respeito é respeitar isso", comentou o deputado José Carlos Vasconcelos, do PMDB, que estranhou uma manifestação do presidente da subcomissão do sistema financeiro, Cid Sabóia de Carvalho, que entendeu a entrevista do deputado amazonense como uma antecipação de seu anteprojeto constitucional.

Outro que não entendeu a celeuma causada pela entrevista foi o líder do PL na Constituinte, deputado Adolfo de Oliveira. "Como qualquer outro brasileiro, como o presidente da República, o ministro do Exército ou a CNBB, Bernardo Cabral também pode ter e expressar opiniões próprias."



CONSTITUINTE

Estatização poderá cair sexta-feira

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A prorrogação do prazo de entrega de emendas aos anteprojeto dos relatores das subcomissões, para hoje, não alterou a disposição do presidente da Subcomissão de Princípios Gerais da Economia, Delfin Neto, de promover a votação do relatório e emendas na sexta-feira. A expectativa da maioria dos participantes da subcomissão, inclusive do deputado Afif Domingos, é de que o anteprojeto estatizante apresentado pelo relator Virgildásio de Senna venha sofrer profundas modificações.

Afif Domingos afirmou que um dos pontos básicos a ser alterado será a conceituação sobre intervenção do Estado na economia, que deverá ser complementar e regulamentar e, quando produtiva, sempre de forma transitória, fixada em lei. O Estado afirmou Afif, deve regulamentar a economia e intervir quando as regras de mercado estiverem sendo alteradas por cartéis, monopólios e trustes.

A questão do sistema bancário, afirmou Afif Domingos, deverá ser remetida à subcomissão que cuida do sistema financeiro, onde o assunto está sendo tratado com mais abrangência e profundidade. Afif informou, ainda, que a subcomissão deverá manter o monopólio estatal do petróleo, estendendo-o aos minerais estratégicos. Haverá limitação, no entanto, à pesquisa e lavra, abrindo a possibilidade para que a iniciativa privada participe do processamento e comercialização.

Também deverá ser revista, segundo o deputado, a conceituação do que seja empresa nacional, não pelo capital, mas pelos acionistas. Afif defendeu um conceito flexível a ser definido em lei e não na Constituição, para que o País tenha maior liberdade de ação conjuntural no futuro. É fundamental, assinalou, assegurar o tratamento diferenciado à pequena e média empresa. Já está praticamente garantido o tratamento fiscal adequado, havendo necessidade, ainda, que a legislação ordinária dê um tratamento diferenciado nas normas trabalhistas e previdenciárias.